



O Brasil é internacionalmente conhecido por ser uma das sociedades mais desiguais - ou injustas - do mundo, onde a diferença na qualidade de vida de ricos e pobres é imensa. O desafio para reverter essa situação requer parcerias e um especial esforço para gerar oportunidades, esperança e voz a essa população. Boa parte desse trabalho cabe aos governos locais, responsáveis pela execução de políticas públicas de combate à pobreza e promoção da inclusão social. Além de assegurar a todos o acesso de seus direitos - saúde, educação, transporte, segurança, assistência social, cultura, e muitos outros benefícios, as políticas públicas devem garantir a participação da sociedade civil organizada na sua definição e execução.

Essa, no entanto, é uma tarefa difícil. Como unificar vozes tão diferentes e destoantes? Muitas vezes é preciso encontrar um espaço que seja um instrumento para definir o que há de comum nessa comunidade, quase sempre formada por diferentes grupos de interesses e distintas demandas socioeconômicas e políticas.

Com 148 mil habitantes, Perus e Anhanguera são distritos periféricos com alto índice de desemprego, principalmente de jovens. Devido à carência de postos de trabalho, a população local busca alternativas de geração de renda no centro de São Paulo, transformando os distritos em "bairros-dormitório", não gerando fluxo econômico na região e a empobrecendo ainda mais.

De acordo com o documento São Paulo em Números, da Secretaria Municipal do Planejamento, não chegam a 0,1% o total de empregos gerados em Perus. A população de 15 a 34 anos, em idade economicamente ativa, atinge aproximadamente 40% da população total de ambos os distritos, o que aponta a necessidade da criação de postos de trabalho na região. O crescimento populacional de Perus e Anhanguera é alto, tendo atingido aproximadamente 14% nos últimos 10 anos, de acordo com a Secretaria de Planejamento do Município de São Paulo.

Nesse contexto, a CARE Brasil se propôs a trabalhar com o combate à pobreza, possibilitando iniciativas de geração de trabalho e renda. Em seus programas, a CARE Brasil atua como catalisadora de processos de mudança, sem concorrer com agentes locais ou substituir o setor público. Dessa forma, a CARE Brasil conseguiu visibilidade e legitimidade para atuar no Programa São Paulo e criou o Fórum de Desenvolvimento Local.

Através da criação e coordenação do Fórum, que se reúne regularmente, são debatidos temas de interesse da região. Numa composição tripartite envolvendo poder público local, privado e sociedade civil, o Fórum se constitui numa rede de organizações, indivíduos e grupos locais que interagem visando facilitar a discussão, a negociação e a busca de soluções nos problemas locais.

Com esse trabalho foi possível identificar os espaços abertos, as manchas de remanescentes de Mata Atlântica, a proximidade do maior mercado consumidor da América Latina, a atração de visitantes e turistas moradores da região metropolitana, entre outros, como uma fonte realista de ingresso de recursos financeiros na região de Perus. Ingressos que deverão dinamizar os fluxos econômicos locais, aumentar a demanda por empreendimentos locais e, conseqüentemente, gerar trabalho e renda.



Este potencial debatido dentro do Fórum de Desenvolvimento Local de Perus viabilizou transformar a estratégia de desenvolvimento local proposta pela CARE Brasil em legislação no Plano Diretor do município. Assim o Plano Regional Estratégico da Subprefeitura de Perus tem entre seus objetivos desenvolver um pólo de atividades turísticas, ambientalmente sustentáveis, através de potencial ambiental, cultural e histórico para gerar trabalho e renda local.

O Fórum de Desenvolvimento Local de Perus e Anhanguera passou a ser uma referência de modelo de ação participativa na região, servindo também de modelo para a implantação do Fórum Socioambiental em Taipas e Jaraguá, subprefeitura de Pirituba, discutindo as políticas públicas no seu território. Além de assegurar a continuidade das propostas durante a revisão do Plano Diretor, atualmente o Fórum inicia a negociação para firmar compromisso com o poder público para a não implantação do novo aterro sanitário, o fechamento do Aterro Bandeirante e a aplicação dos recursos dos créditos de carbono ali gerados votados a uma agenda positiva para o desenvolvimento local.

Este trabalho possibilitou maior proximidade do cidadão com o poder público. Dessa forma, a comunidade está tendo mais chances de ir atrás dos seus direitos, obtendo serviços e benefícios públicos que realmente deseja e não somente aqueles que o poder público oferece.

Outras iniciativas também estão sendo realizadas em parceria com o poder público local. Um exemplo é a "Ecoescola de Artes e Ofícios da Reserva da Biosfera de Perus e Anhanguera", criada em parceria com a Subprefeitura de Perus. O projeto busca capacitar jovens em diversas atividades para que, além de novas oportunidades de geração de renda, os jovens possam nesse espaço compreender uma nova perspectiva de responsabilidade social, cidadania e acesso a direitos.

### **Bibliografia para consulta e referência:**

1. DOWBOR, Landislau, colaboração Lila Martins. A Comunidade inteligente: visitando as experiências de gestão local. Instituto Polis.
2. SINGER, Paul. É possível levar desenvolvimento a comunidades pobres. Texto para discussão - Ministérios do Trabalho - Secretaria de Economia Solidária, 2004.
3. VASCONCELOS, Fredi e BATISTA, Sinoel. Documento Base, Rede 10 Luta Contra a Pobreza Urbana - Programa URB-AL
4. BRASIL. Brasília. Conselho Federal de Serviço Social. Conferências e Deliberações do 31º Encontro Nacional CFESS/CRESS. As novas faces da barbárie capitalista: desigualdade se combate com direitos, 2003.
4. ARZABE, Patrícia Helena Massa (s/d). Pobreza, Exclusão Social e Direitos Humanos: O Papel do Estado. <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/desc/phelena.html>.
5. POCHMANN, Marcio. (Org.). Outra Cidade é Possível: Alternativas de Inclusão Social em São Paulo. São Paulo: Cortez, 2003.